

III Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso para os Serviços Notariais e de Registro do Estado de Rondônia

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Assinale a opção correta:

- a) a previdência fiscal será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória;
- b) a aposentadoria é direito de todos os trabalhadores à inatividade remunerada com proventos calculados nos casos por: invalidez, tempo de contribuição e idade;
- c) o salário de contribuição é o mesmo que salário de retribuição de trabalho;
- d) assegura-se, em qualquer caso, a contagem recíproca do tempo de contribuição na Administração Pública e na inatividade privada.

2. A expedição de certidões requeridas às repartições públicas:

- a) ocorre somente para defesa de direitos individuais;
- b) ocorre somente para esclarecimento de situações de caráter coletivo;
- c) pode ocorrer para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal;
- d) fica sujeito ao discricionarismo da Administração Pública;

3. A utilização do hábeas data para retificação de dados pessoais é:

- a) obrigatória;
- b) proibida;
- c) indispensável;
- d) facultativa.

4. Analise a veracidade das frases:

- I) a prestação de assistência religiosa nas entidades civis ou militares é vedada, visto que a União não pode manter relações de dependência ou aliança com entidades religiosas;
- II) é garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias;
- III) ninguém tem direito a cumprir prestação alternativa por motivo de convicção política.

A resposta correta é:

- a) apenas alternativa II está correta;
- b) apenas as alternativas I e II estão corretas;
- c) apenas as alternativas I e III estão corretas;
- d) apenas as alternativas II e III estão corretas.

5. O dispositivo constitucional que assegura não haver crime sem lei anterior que o defina nem pena sem prévia cominação legal apresenta dois princípios importantes, a saber:

- a) princípio de individualização da pena e princípio da anterioridade;
- b) princípio da reserva constitucional e princípio da anterioridade;
- c) princípio da legalidade e princípio da anterioridade da pena;
- d) princípio do contraditório e princípio da ampla defesa.

6. Com base no art. 37, XIX, da CF, somente por lei específica podem ser criadas:

- a) as fundações públicas e as sociedades de economia mista;
- b) as autarquias;
- c) as sociedades de economia mista e suas subsidiárias;
- d) todas as entidades de administração indireta.

7. A punição de um funcionário público é:

- a) causa do ato administrativo;
- b) o fim do ato administrativo;
- c) a causa e o fim do ato administrativo;
- d) o efeito do ato administrativo.

8. Assinale a assertiva correta:

- a) nos termos da jurisprudência do STF, a decisão proferida em mandado de injunção pode suprir a eventual omissão legislativa;
- b) segundo entendimento dominante na doutrina e na jurisprudência, é inconstitucional a fixação de prazo para a impetração de *mandamus*;
- c) a denúncia vaga ou genérica no processo penal é plenamente compatível com o princípio constitucional da ampla defesa;
- d) a ação popular destina-se a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, a moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

9. Assinale a opção correta:

- a) o brasileiro naturalizado poderá ser extraditado no caso de comprovado envolvimento em tráfico de drogas;
- b) é legítima a extradição de brasileiro naturalizado;
- c) segundo a jurisprudência do STF, é legítima a extradição de português beneficiado com o estatuto da igualdade;
- d) a constituição brasileira admite a extradição nos casos de crimes políticos ou de opinião.

10. No âmbito da Administração Pública Federal, no que tange à responsabilidade e aos efeitos da coisa julgada em relação ao servidor público civil, é correto afirmar que:

- a) o servidor público civil é sempre irresponsável pelo que, no exercício da função pública, comete;
- b) sentença penal condenatória transitada em julgado faz coisa julgada somente na esfera administrativa;
- c) a responsabilidade administrativa será afastada no caso de absolvição criminal transitada em julgado, que negue a existência do fato ou sua autoria;
- d) sentença penal condenatória transitada em julgado faz coisa julgada somente na esfera cível.

11. Assinale a resposta correta:

- a) somente as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros;
- b) as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros;
- c) as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado são irresponsáveis pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros;
- d) É permitida a vinculação remuneratória para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

12. A Administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios:

- a) finalidade, publicidade, impessoalidade, eficiência e legitimidade;
- b) legitimidade, constitucionalidade, moralidade, impessoalidade e legalidade;
- c) moralidade, impessoalidade; legalidade, eficiência e publicidade;
- d) finalidade, moralidade, impessoalidade, permissividade e legalidade.

13. Conforme previsão constitucional, as pessoas portadoras de deficiências, quanto aos cargos e empregos públicos:

- a) não gozarão de critérios especiais de admissão, mas terão reservado um percentual de vagas;
- b) concorrerão em igualdade de condições, com os demais candidatos, salvo quanto à preferência de admissão em caso de empate na classificação;
- c) gozarão de critérios especiais de admissão, mas não terão reservado um percentual de vagas;
- d) gozarão de critérios especiais de admissão e terão reservado um percentual de vagas.

14. A contratação por tempo determinado:

- a) depende exclusivamente do discricionarismo do administrado público;
- b) não é admitida na Constituição Federal;
- c) é admitida em épocas eleitorais;
- d) é admitida para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

15. Assinale a opção correta:

- a) a disponibilidade do servidor público dar-se-á com subsídios integrais;
- b) o servidor estável poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo, no qual se lhe assegure ampla defesa ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar, assegurada ampla defesa;
- c) é legítimo o provimento de cargos públicos mediante aproveitamento, transformação, acesso ou ascensão funcional;
- d) é permitida a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

DIREITO ADMINISTRATIVO

16. Assinale a alternativa incorreta. São bens públicos:

- a) os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades;
- b) os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei;
- c) o uso comum dos bens público pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.
- d) os bens públicos podem ser objetos de usucapião;

17. Assinale a alternativa incorreta:

- a) cabe aos juízes de direito do Estado de Rondônia aplicar penalidades aos juízes de paz e nomear os juízes de paz *ad hoc*;
- b) será obrigatoriamente distrito judiciário todo município que não for sede de comarca e possuirá juiz de paz e Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, que acumulará as funções de Oficial de Casamento e Tabelião de Notas;
- c) o serviço judiciário nos distritos será exercido em caráter privado, no foro extrajudicial, com provimento efetivo da titularidade por concurso público ou mediante indicação do Tribunal de Justiça;
- d) cada comarca terá tantos distritos quantos necessários ao serviço judiciário, cuja atividade será exercida em caráter privado, integrando o foro extrajudicial.

18. Assinale a alternativa incorreta:

- a) os titulares das serventias de notas e registros são servidores públicos em sentido amplo, pois são ocupantes de cargo público criado por lei, submetido à fiscalização do Estado e diretamente remunerado à conta da receita pública, bem como provido por concurso público;
- b) os oficiais de registro não detêm a condição de servidores públicos para efeito da responsabilidade objetiva do Estado, porquanto são serviços exercidos em caráter privado por delegação do Poder Público;
- c) é assegurado aos notários e oficiais de registro o direito de regresso no caso de dano causado a terceiros, praticados por atos próprios de seus prepostos, com dolo ou culpa;
- d) A responsabilidade civil dos notários e oficiais de registro não depende da responsabilidade criminal.

19. Segundo a Lei Estadual n. 1.454, de 2 de fevereiro de 2005, é correto afirmar:

- a) a habilitação para o casamento, a celebração, o registro e a primeira certidão, relativamente a tais atos, para as pessoas reconhecidamente pobres ou não, é gratuita;
- b) o papel das certidões gratuitas poderá ter qualidade inferior às demais fornecidas pelos Cartórios;
- c) o eventual *superávit* de arrecadação verificado no final do ano fiscal será destinado ao Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários;
- d) O ressarcimento aos oficiais pela gratuidade do registro de nascimento e o assento de óbito emitidos em favor dos reconhecidamente pobres ou não, será custeado pela arrecadação do Selo de Fiscalização dos Serviços Extrajudiciais.

20. Assinale a alternativa correta:

- a) os usuários dos serviços de notas e registro, com mais de sessenta anos de idade, terão prioridade de atendimento nas serventias e, se pobres, ficam isentos do pagamento do Selo de Fiscalização;
- b) a condição de pobreza para efeitos de isenção do pagamento do Selo de Fiscalização será comprovada por declaração de duas testemunhas idôneas;
- c) as serventias extrajudiciais deverão adquirir os Selos de Fiscalização, no mínimo, semestralmente;
- d) São gratuitos o registro de nascimento e o assento de óbito, bem como as primeiras certidões relativas a tais atos e ainda as demais certidões subseqüentes a desses atos, em favor dos reconhecidamente pobres.

21. São deveres dos notários e dos oficiais de registro:

- a) proceder de forma a dignificar a função exercida, tanto nas atividades profissionais como na vida privada;
- b) perceber os emolumentos integrais pelos atos praticados na serventia;
- c) gozar de independência no exercício de suas funções;
- d) organizar associações ou sindicatos de classe e deles participar.

22. A respeito de desmembramento de serventia, é correto afirmar:

- a) quando a lei criar novo cartório, o arquivo do antigo cartório será transferido ao cartório recém instalado;
- b) o notário ou registrador tem o direito de exercer opção de titularidade em caso de desmembramento de sua serventia;
- c) quando a lei criar novo cartório, e enquanto este não for instalado, os registros continuarão a ser feitos no cartório mais próximo ao que sofreu o desmembramento
- d) instalado novo cartório de registro de imóvel, os atos praticados na serventia anterior deverão ser repetidos no novo officio;

23. Assinale a alternativa incorreta:

- a) a correção de erros de grafia poderá ser processada no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, mediante petição assinada pelo interessado ou procurador, após o recolhimento dos selos e taxas devidos;
- b) a correção de erros de grafia será averbada à margem do registro pelo respectivo oficial, após o deferimento do pedido pela autoridade judiciária competente;
- c) quem pretender que se retifique assentamento no Registro Civil, requererá, em petição fundamentada e instruída com documentos ou com indicação de testemunhas, que o juiz o ordene, ouvido o órgão do Ministério Público e os interessados no prazo de cinco dias, que correrá em cartório;
- d) as retificações dos assentos civis serão feitos à margem do respectivo registro, com as indicações necessárias, ou, quando for o caso, com o traslado do mandado, que ficará arquivado.

24. No registro civil de pessoas jurídicas serão inscritos:

- a) as sociedades civis que revestirem as formas estabelecidas nas leis comerciais, inclusive as anônimas;
- b) os atos constitutivos e os estatutos dos partidos políticos;
- c) as sociedades de advogados;
- d) as sociedades mercantis de fato.

25. Assinale a alternativa correta:

- a) os jornais e demais publicações periódicas serão matriculados no registro civil das pessoas naturais;
- b) os jornais e demais publicações periódicas serão matriculados no registro de títulos e documentos;
- c) os jornais e demais publicações periódicas serão matriculados no registro civil das pessoas jurídicas;
- d) os jornais e demais publicações periódicas serão registrados no registro de títulos e documentos.

26. Assinale a alternativa incorreta:

- a) no Registro de Títulos e Documentos será feita a transcrição do contrato de parceria agrícola ou pecuária;
- b) no Registro de Títulos e Documentos será feito o registro de quaisquer documentos não atribuídos expressamente a outro ofício;
- c) estão sujeitos a registro, no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos contra terceiros, as cartas de fiança, em geral, feitas por instrumento particular, seja qual for a natureza do compromisso por elas elaborado;
- d) é necessária a prévia distribuição dos documentos apresentáveis aos ofícios de Registro de Títulos e Documentos.

27. Assinale a alternativa incorreta:

- a) podendo o tabelião de notas ser escolhido livremente pelas partes interessadas, poderá aquele praticar atos de seu ofício fora do município para o qual recebeu delegação;
- b) aos tabeliães de notas compete com exclusividade, lavrar atas notariais, reconhecer firmas e autenticar cópias;
- c) aos notários compete formalizar juridicamente a vontade das partes;
- d) cada serviço notarial funcionará em um só local, vedada a instalação de sucursal.

28. A respeito do Registro de Imóvel, não é correto afirmar:

- a) no registro de imóveis além da matrícula serão feitos o registro do penhor de máquinas e de aparelhos utilizados na indústria, instalados e em funcionamento, com os respectivos pertences ou sem eles;
- b) no registro de imóveis além da matrícula serão feitos o registro da doação entre vivos;
- c) no registro de imóveis além da matrícula serão feitos o registro das penhoras, arrestos e seqüestros de imóveis;
- d) no registro de imóveis além da matrícula serão feitos a averbação do restabelecimento da sociedade conjugal.

29. Assinale a alternativa incorreta:

- a) a dúvida é pedido de natureza administrativa formulado pelo oficial para que o juiz competente decida sobre legitimidade de exigência feita, como condição de registro pretendido;
- b) é dever do notário e registrador encaminhar ao juízo competente as dúvidas levantadas pelos interessados;
- c) a Lei 6.015/73 permitiu, de maneira expressa, a chamada dúvida inversa, qual seja, aquela suscitada pelo apresentante do título diretamente ao juiz competente;
- d) da sentença que resolver o processo de dúvida, poderão apelar o interessado, o Ministério Público e o oficial.

30. Assinale a alternativa incorreta:

- a) no registro civil das pessoas naturais haverá os seguintes livros: "A" (de registro de nascimento); "B" (de registro de casamento); "B Auxiliar" (de registro de casamento religioso para efeitos civis); "C" (de registro de óbito); "C Auxiliar" (de registro de natimortos); "D" (de registro de proclamas); "E" (de registro de habilitação para casamento).
- b) no registro de imóveis haverá os seguintes livros: Livro n. 1 (protocolo), Livro n. 2 (registro geral), Livro n. 3 (registro auxiliar), Livro n. 4 (indicador real) e Livro n. 5 (indicador pessoal);
- c) no registro civil das pessoas jurídicas haverá os seguintes livros: Livro A e o Livro B;
- d) No registro de títulos e documentos haverá os seguintes livros: Livro A (protocolo para apontamentos); Livro B (para transladação integral de títulos e documentos); Livro C (para inscrição de títulos e documentos) e Livro D (indicador pessoal).

DIREITO CIVIL

31. Considerando o que dispõe a Lei de Introdução do Código Civil, Assinale a alternativa correta:

- a) No caso dos nubentes possuírem domicílio diverso, rege os casos de invalidade do casamento a lei do último domicílio conjugal.
- b) Ao casamento de nubentes estrangeiros realizado no Brasil não será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração.
- c) Ao casamento de nubentes estrangeiros realizado no Brasil será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração.
- d) O estrangeiro naturalizado brasileiro, casado no exterior, independentemente de qualquer formalidade, poderá requerer ao juiz, no ato de entrega do decreto de naturalização, que se apostile ao mesmo a adoção do regime de comunhão parcial de bens, respeitados os direitos de terceiros e dada esta adoção ao competente registro.

32. Considerando os prazos referentes ao divórcio, assinale a alternativa correta:

- a) O divórcio realizado no estrangeiro, se um dos cônjuges for brasileiro, só será reconhecido no Brasil depois de 1 (um) ano.
- b) O divórcio realizado no estrangeiro, se um dos cônjuges for brasileiro, só será reconhecido no Brasil depois de 3 (três) anos.
- c) O divórcio realizado no estrangeiro, se um dos cônjuges for brasileiro, só será reconhecido no Brasil depois de 2 (dois) anos.
- d) Todas as alternativas estão incorretas.

33. Assinale a alternativa correta:

- a) São pessoas de direito público interno a União, os municípios, as autarquias, as fundações e as bolsas de valores.
- b) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com o protocolo do ato constitutivo no respectivo registro.
- c) Decai em 2 (dois) anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do respectivo ato, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- d) Nenhuma das alternativas está correta.

34. Assinale a alternativa correta:

- a) Para o registro das pessoas de direito privado é suficiente: denominação, os fins, a sede, o tempo de duração e o fundo social, quando houver; o modo de administração e representação ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente; as condições de extinção e a destinação patrimonial.
- b) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, em qualquer hipótese, as decisões serão tomadas observando a maioria dos votos presente.
- c) Decai em 2 (dois) anos o direito de anular as decisões descritas na alternativa "b".
- d) Nenhuma alternativa está correta.

35. Assinale a alternativa correta:

- a) Nas associações há entre os associados direitos e obrigações recíprocos.
- b) Nas associações em qualquer hipótese os associados deverão ter iguais direitos.
- c) Caso o estatuto não disponha sobre o assunto, a qualidade de associado é intransmissível.
- d) Nenhuma das alternativas está correta.

36. Assinale a alternativa correta:

- a) São absolutamente incapazes para exercer os atos da vida civil os menores de 18 e maiores de 16 anos.
- b) São relativamente incapazes para exercer os atos da vida civil os que por causa transitória não puderem exprimir sua vontade.
- c) São absolutamente incapazes para exercer pessoalmente os atos da vida civil os excepcionais, sem o desenvolvimento mental completo.
- d) Nenhuma das alternativas está correta.

37. Assinale a alternativa correta cessará, para os menores, a incapacidade:

- a) Por ato concessivo dos pais ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento, dependente de homologação judicial.
- b) Pela constituição de sociedade de fato;
- c) pelo casamento;
- d) pelo exercício de cargo público em comissão.

38. Assinale a alternativa correta. serão registrados em registros públicos.

- a) Os nascimentos, casamentos, sentença declaratória da sociedade de fato e óbitos.
- b) A interdição por incapacidade absoluta ou relativa, a sentença declaratória de ausência e de morte presumida.
- c) As sentenças de autorização de aborto.
- d) Nenhuma alternativa está correta.

39. Assinale a alternativa correta serão registrados em registros públicos:

- a) As sentenças que decretarem a nulidade ou a anulação do casamento, o divórcio, a separação judicial e o restabelecimento de sociedade conjugal.
- b) Os atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação.
- c) Os atos judiciais ou extrajudiciais de adoção.
- d) Nenhuma alternativa está correta.

40. Assinale a alternativa correta.

- a) Os atos de alienação, de hipoteca e de desapropriação de imóveis de ausentes só serão permitidos após autorização judicial.
- b) Os empossados nos bens, e os sucessores provisórios ficarão representando ativa e passivamente o ausente, de modo que contra eles correrão as ações pendentes e as futuras àqueles movidas.
- c) Se dois indivíduos falecerem ao mesmo tempo, não se podendo averiguar qual deles morreu primeiro, presumir-se-á morte em primeiro lugar do mais idoso.
- d) Nenhuma alternativa está correta.

41. Assinale a alternativa correta:

- a) É domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela exerce sua profissão.
- b) É domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece sua residência com ânimo definitivo.
- c) Se a pessoa natural não tem residência habitual, ter-se-á por seu domicílio o lugar onde ela se encontra.
- d) Todas as alternativas estão corretas.

42. Assinale a alternativa correta:

- a) Os prazos prescricionais podem ser convencionados pelos contratantes.
- b) Corre a prescrição entre cônjuges na constância do casamento.
- c) Não corre a prescrição contra os ausentes do País em serviço público do município.
- d) Nenhuma alternativa está correta.

43. Assinale a alternativa correta.

- a) A prescrição ocorre em 5 (cinco) anos quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- b) Prescreve em 2 (dois) anos a pretensão dos tabeliães, pela percepção de emolumento.
- c) A interrupção da prescrição por um dos credores solidários não aproveita aos outros.
- d) Nenhuma alternativa está correta.

44. Assinale a alternativa correta:

- a) A decadência fixada em lei é renunciável.
- b) A decadência fixada em lei é irrenunciável.
- c) A decadência pode ser convencional.
- d) As alternativas "a" e "c" estão corretas.

45. Assinale a alternativa correta:

- a) É admissível a alteração do regime de bens mediante autorização judicial em pedido motivado de um dos cônjuges, apurada a procedência das razões e invocadas e ressalvados os direitos de terceiros.
- b) É obrigatório o regime de comunhão parcial de bens no casamento de pessoas maiores de sessenta anos.
- c) Ressalvados os casos em que o juiz supriu a vontade de um dos cônjuges, é vedado a eles, exceto no regime de separação absoluta de bens, gravar de ônus real os bens imóveis.
- d) Nenhuma alternativa está correta.

DIREITO PENAL

46. Assinale a alternativa incorreta:

- a) No crime de peculato o bem jurídico protegido é a administração pública, particularmente em relação ao seu próprio interesse patrimonial e moral;
- b) São sujeitos passivos do crime de peculato, em qualquer hipótese, somente o Estado e as entidades de direito público, por se tratar de delito contra a administração pública;
- c) O sujeito ativo do crime de peculato somente pode ser o funcionário público;
- d) São sujeitos passivos do crime de peculato o Estado, as entidades de direito público, e o proprietário ou possuidor do bem móvel, quando este for particular.

47. Quanto à classificação doutrinária, podemos afirmar que o tipo penal descrito no artigo 312 “caput” do Código Penal (peculato) é crime:

- a) próprio, material, instantâneo, unissubjetivo, plurissubsistente e funcional;
- b) próprio, material, instantâneo, plurissubjetivo, plurissubsistente e funcional;
- c) próprio, material, unissubjetivo, unissubsistente e funcional
- d) próprio, material, unissubjetivo, plurissubsistente e funcional.

48. Assinale a alternativa correta:

- a) No peculato culposo, a reparação do dano após a sentença criminal extingue a punibilidade; b) No peculato doloso, a compensação, a reparação do dano ou a restituição do objeto material não exclui o crime, mas reduz a pena imposta pela metade;
- c) No peculato culposo, a reparação do dano antes da sentença criminal irrecorrível extingue a punibilidade, e se posterior a esta, atua como circunstância atenuante (art. 65 , III, b do C.P.);
- d) Em tratando de peculato culposo, a reparação do dano após a sentença penal irrecorrível reduz pela metade a pena imposta.

49. Assinale a alternativa incorreta:

- a) No crime de peculato a qualidade de funcionário público do agente se estende também aos co-autores ou partícipes do delito.
- b) Se o particular (co-autor ou partícipe) desconhece a condição de funcionário público do sujeito ativo, responderá por outro crime, excluído o peculato.
- c) O peculato é crime funcional próprio tanto na sua modalidade fundamental (artigo 312 “caput”), quanto na modalidade peculato-furto (artigo 312, §1º).
- d) O agente que pratica o crime de peculato em sua forma culposa poderá ser beneficiado pela suspensão condicional do processo, conforme faculta a Lei 9.099/95.

50. Armando Golpe, oficial-ajudante em vara cível estatizada, que não tem atribuição legal para receber das partes valores correspondentes a custas judiciais, recebeu certa quantia destinada a recolhimento de emolumentos devidos em ação civil, dela se apropriando. O interessado no pagamento desconhecia a vedação imposta ao oficial. Pergunta-se: qual dos delitos o oficial ajudante cometeu:

- a) peculato (art. 312 “caput” do CP);
- b) peculato mediante erro de outrem (art. 313 do CP);
- c) estelionato (art. 171 “caput” do CP);
- d) concussão (art. 316 “caput” do CP);

51. No que tange ao delito de peculato mediante erro de outrem, indique a alternativa incorreta:

- a) a conduta ilegal consiste na apropriação de dinheiro ou qualquer outra utilidade, que no exercício do cargo, recebeu por ter induzido outrem a erro;
- b) é indispensável que o erro na entrega da coisa ao funcionário público seja espontâneo e decorrente de quem faz a entrega;
- c) é crime próprio, material, comissivo, instantâneo, unissubjetivo plurissubsistente e funcional;
- d) o crime só é punido quando praticado dolosamente, não havendo previsão da modalidade culposa.

52. No que concerne ao crime de concussão (artigo 316 do CP), é correto afirmar:

- a) A concussão possui afinidades com o crime de extorsão, pois ela também é uma forma de constrangimento ilegal em que o agente exige vantagem indevida, e a vítima cede, não pelo emprego de violência, mas pelo *metus publicae potestatis*;
- b) Somente é sujeito ativo do crime de concussão o funcionário público que está no exercício pleno de suas funções, e em razão dela exige vantagem indevida de outrem;
- c) A exigência de vantagem indevida necessita estar vinculada à promessa de causação de um mal determinado que advém do temor que a autoridade inspira na vítima;
- d) O delito de concussão se consuma com o efetivo recebimento da vantagem indevida.

53. Sinval da Silva mantinha atividade comercial em desalinho com as normas municipais estabelecidas, violando dispositivos municipais que lhe impunham, dentre outras medidas, a pena de multa. José dos Tributos, agente fiscalizador municipal, ao tomar conhecimento de tal irregularidade, encaminha a Sinval uma carta através da qual exige deste certa quantia em dinheiro, a fim de que não seja autuado pela agência fiscalizadora. No entanto, referida "carta" é interceptada pelo chefe do setor de arrecadação e fiscalização, que além de retê-la antes de chegar ao seu destinatário, determina a autuação do estabelecimento por violação às normas legais. Pergunta-se: Que crime cometeu José dos Tributos:

- a) a conduta é atípica, não havendo crime algum a ser punido;
- b) cometeu o crime de concussão, em sua forma consumada;
- c) praticou o crime de corrupção ativa em sua forma tentada;
- d) praticou o crime de concussão em sua forma tentada;

54. Assinale a alternativa incorreta:

- a) o funcionário público que exige pagamento de tributo ou contribuição social que já foi quitado pela vítima comete crime de excesso de exação (art. 316, §1º do CP);
- b) o funcionário público que exige de forma vexatória o pagamento de tributo ou contribuição social legalmente devido comete crime de excesso de exação (art. 316, §1º do CP);
- c) o objeto material do crime de excesso de exação é somente o tributo ou a contribuição social, excluindo destas as taxas e contribuição de melhorias criadas para atender as finalidades previstas no artigo 149 da C.F. ;
- d) se o funcionário público exige pagamento de tributo ou contribuição social indevida e o desvia em proveito próprio, comete o crime de excesso de exação em sua forma qualificada (art.316,§2º do CP);

55. Assinale a alternativa incorreta:

- a) a distinção entre concussão e extorsão é que na primeira a vítima cede em virtude da exigência e do temor advindo do poder da autoridade, e na segunda, a vítima cede em decorrência da violência ou grave ameaça exercida pelo agente;
- b) na concussão a vítima entrega a vantagem indevida após exigência do agente, e na corrupção ativa há o oferecimento espontâneo de vantagem ao agente público;
- c) Na corrupção passiva o agente solicita, direta ou indiretamente, vantagem indevida. O delito se caracteriza, também, quando o agente recebe ou aceita promessa de vantagem indevida;
- d) Na prevaricação o funcionário público retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. Por ser crime próprio, não se admite a participação de terceiros.

56. João Meirinho, oficial de justiça, percebendo a pressa do advogado de determinada empresa no cumprimento de mandado judicial de busca e apreensão de bens, solicita deste certa vantagem econômica, a fim de dar prioridade à realização do ato judicial. O advogado, por sua vez, reconhecendo no oficial o poder de antecipar o cumprimento do ato, cede a seu pedido, fornecendo-lhe dinheiro pelo “favor” a ser feito. Com esta conduta, João Meirinho praticou o crime de:

- a) corrupção passiva imprópria;
- b) concussão;
- c) corrupção ativa;
- d) corrupção passiva própria.

57. Quando o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, cedendo a pedido ou influência de outrem, está cometendo o crime de:

- a) prevaricação (artigo 319 do CP) porque não houve recebimento de vantagem indevida;
- b) corrupção passiva, em sua figura majorada (§1º do art. 317 do CP), porque praticou, deixou de praticar ou retardou ato de ofício;
- c) corrupção passiva, em sua figura privilegiada (§2º do art. 317 do CP), porque agiu a pedido ou sob influência de outrem;
- d) prevaricação e corrupção passiva.

DIREITO IMOBILIÁRIO

58. Ainda em relação às incorporações imobiliárias, é correto afirmar, exceto:

- a) Que o incorporador somente poderá negociar sobre unidades autônomas após ter arquivado, no Cartório de Registro de Imóveis competente, todos os documentos exigidos no artigo 32 da Lei 4.591/64.
- b) A documentação apresentada no Cartório será examinada pelo Oficial de Registro de Imóveis e devidamente arquivada, procedendo-se o respectivo registro, sendo o Oficial responsabilizado civil e criminalmente se efetuar o arquivamento de documentação contrária à lei ou der certidão sem o arquivamento de todos os documentos exigidos.
- c) A existência de ônus fiscais ou reais não impede o registro, que será feito com as devidas ressalvas, mencionando-se, em todos os documentos, extraídos do registro, a existência e a extensão dos ônus.
- d) O Registro de Imóveis dará certidão ou fornecerá, a quem o solicitar, cópia fotostática, heliográfica, termofax, microfilmagem ou outra equivalente, de todos os documentos apresentados, ou autenticará cópia apresentada pela parte interessada.

59. Sabendo que o incorporador poderá fixar, para efetivação da incorporação, prazo de carência, dentro do qual lhe é lícito desistir do empreendimento, é incorreto dizer:

- a) Que a fixação deste prazo de carência será feita por declaração expressa, onde se fixem as condições que autorizarão o incorporador a desistir do empreendimento.
- b) Que só excepcionalmente poderá o prazo de carência ultrapassar o termo final do prazo de validade do registro, que é de 180 dias, ou, se for o caso, de sua revalidação.
- c) Que a desistência da incorporação será denunciada, por escrito, ao Registro de Imóveis e comunicada, também por escrito, a cada um dos adquirentes ou candidatos à aquisição, sob pena de responsabilidade civil e criminal do incorporador.
- d) Que a desistência será averbada no Registro da incorporação e arquivado, no Cartório, o respectivo documento.

60. Será permitido o parcelamento do solo, exceto:

- a) Em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, desde que feitas as devidas correções.
- b) Em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública desde que previamente saneados.
- c) Em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, assim que sejam tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas.
- d) Em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação.

61. Assinale a alternativa correta. o projeto de loteamento e desmembramento deverá ser aprovado pela prefeitura ou pelo distrito federal, quando for o caso, e aos estados cabe disciplinar a aprovação pelos municípios de loteamentos e desmembramentos, nas seguintes condições:

- a) Quando localizado em áreas, tais como as de proteção aos mananciais ou ao patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico, assim definidos por legislação estadual ou federal.
- b) Quando o loteamento ou desmembramento localizar-se em área limítrofe do município, ou que pertença a mais de um município, nas regiões metropolitanas ou em aglomerações urbanas, definidas em lei estadual ou federal.
- c) Quando o loteamento abranger área superior a 1.000.000m² (um milhão de metros quadrados).
- d) Todas as alternativas estão corretas.

62. Aprovado o projeto de loteamento ou desmembramento, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, acompanhado de documentos indispensáveis ao processo de registro. alguns estão elencados abaixo. dentre eles, há um cuja apresentação não é obrigatória, assinale-o:

- a) O título de propriedade quando se tratar de parcelamento popular, destinado a classes de menor renda.
- b) Histórico dos títulos de propriedade do imóvel, abrangendo os últimos 20(vinte) anos, acompanhado dos respectivos comprovantes.
- c) Declaração do cônjuge do requerente de que consente no registro do loteamento.
- d) Certidões negativas de tributos federais, estaduais e municipais incidentes sobre o imóvel; de ações reais referentes ao imóvel, pelo período de 10(dez) anos e ações penais com respeito a crime contra o patrimônio e contra a administração pública.

63. Em relação ao registro, ocorrendo de estar a área loteada situada em mais de uma circunscrição imobiliária, como deverá proceder o interessado na efetivação do registro?

- a) Inexiste esta possibilidade porque nenhum lote poderá situar-se em mais de uma circunscrição imobiliária.
- b) O loteador deverá processar simultaneamente, perante os Cartórios das diferentes circunscrições, o pedido de registro do loteamento.
- c) Deverá requerer o registro primeiramente no cartório da circunscrição onde estiver localizada a maior parte da área loteada, depois nas demais sucessivamente.
- d) Fica a seu critério a escolha da circunscrição onde deverá ficar registrada a totalidade da área loteada.

64. Assinale a alternativa errada. O registro do loteamento só poderá ser cancelado:

- a) A requerimento do loteador, com anuência da Prefeitura, ou do Distrito Federal, quando for o caso, a qualquer momento.
- b) Por decisão judicial.
- c) A requerimento conjunto do loteador e de todos os adquirentes de lotes, com anuência da Prefeitura, ou do Distrito Federal, quando for o caso, e do Estado.
- d) As letras “b” e “c” estão corretas.

65. Há casos em que o oficial de registro de imóveis poderá retificar o registro ou a averbação de ofício ou a requerimento do interessado. dentre os casos abaixo elencados, assinale a alternativa em que é indispensável o requerimento do interessado:

- a) Alteração de denominação de logradouro público, comprovada por documento oficial.
- b) Alteração ou inserção que resulte mero cálculo matemático a partir das medidas perimetrais constantes do registro.
- c) Omissão ou erro cometido na transposição de qualquer elemento do título.
- d) Inserção ou alteração de medida perimetral de que resulte, ou não, alteração de área, instruído com planta e memorial descritivo assinado por profissional habilitado, com prova de anotação de responsabilidade técnica no competente Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura-CREA, bem assim pelos confrontantes.

66. Assinale a alternativa errada:

- a) As nulidades de pleno direito do registro, uma vez provadas, invalidam-no, independentemente de ação direta.
- b) A nulidade não será decretada se atingir terceiro de boa-fé que já tiver preenchido as condições de usucapião do imóvel.
- c) Se o Juiz entender que a superveniência de novos registros poderá causar danos de difícil reparação, poderá determinar, de ofício, a qualquer momento, ainda que sem a oitiva das partes, o bloqueio da matrícula do imóvel.
- d) Bloqueada a matrícula, o Oficial não poderá mais nela praticar qualquer ato permitindo-se, todavia, aos interessados, a prenotação de seus títulos, que ficarão com o prazo prorrogado até a solução do bloqueio.

67. No registro de imóveis, além da matrícula, será feito o registro dos seguintes documentos, exceto:

- a) Das servidões em geral.
- b) Do penhor comum sobre coisas móveis.
- c) Do penhor de máquinas e de aparelhos utilizados na indústria, instalados e em funcionamento, com os respectivos pertences ou sem eles.
- d) Das sentenças que nos inventários, arrolamentos e partilhas, adjudicarem bens de raiz em pagamento das dívidas da herança.

68. Quanto ao processo de registro dos títulos no registro de imóveis, assinale a alternativa incorreta:

- a) Em caso de permuta, e pertencendo os imóveis à mesma circunscrição, serão feitos os registros nas matrículas correspondentes, recebendo cada um número de ordem no protocolo.
- b) Não serão registrados, no mesmo dia, títulos pelos quais se constituam direitos reais contraditórios sobre o mesmo imóvel.
- c) O título de natureza particular poderá ser apresentado em uma só via, que ficará arquivada em cartório, fornecendo o oficial, a pedido, certidão do mesmo.
- d) Apresentado título de segunda hipoteca, com referência expressa à existência de outra anterior, o Oficial, depois de prenotá-lo, aguardará durante 30 (trinta) dias que os interessados na primeira promovam a inscrição. Esgotado esse prazo, que correrá da data da prenotação, sem que seja apresentado o título anterior, o segundo será inscrito e obterá preferência sobre aquele.

69. Quanto às averbações no registro de imóveis é correto afirmar:

- a) Além dos casos expressamente indicados no art.167 da Lei 6.015/73, serão averbadas na matrícula as sub-rogações e outras ocorrências que, por qualquer modo, alterem o registro.
- b) Que constatada, durante o processo demarcatório, a existência de domínio privado nos limites de terra indígena, a União requererá ao Oficial de Registro a averbação, na respectiva matrícula, dessa circunstância.
- c) Que a providência referida na letra “b” deverá ser efetivada pelo Cartório, no prazo de trinta dias, contado a partir do recebimento da solicitação de registro e averbação, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R\$1.000,00 (mil reais), sem prejuízo da responsabilidade civil e penal do Oficial de Registro.
- d) Todas as alternativas estão corretas.

DIREITO AGRÁRIO

70. Segundo disposto na Lei da Usucapião Especial é correto afirmar-se:

- a) A usucapião especial poderá ser invocada como matéria de defesa, valendo a sentença que a reconhecer como título para transcrição no Registro de Imóveis.
- b) A usucapião especial não poderá ser invocada como matéria de defesa, mas a sentença que a reconhecer valerá como título para transcrição no Registro de Imóveis.
- c) A usucapião especial poderá ser invocada como matéria de defesa, valendo a sentença que a reconhecer como título para transcrição no livro de acerto do INCRA.
- d) A usucapião especial não poderá ser invocada como matéria de defesa, razão pela qual a sentença que a reconhecer não valerá como título para transcrição no Registro de Imóveis.

71. Segundo disposto na Lei 4.947/66, Estatuto da Terra, em relação aos Contratos de Parceria e Arrendamento Agrário previsto nessa legislação, é correto afirmar-se:

- a) Por se tratar de livre vontade entre as partes contratantes, esta deve predominar como regra geral para contratar, podendo os contratantes livremente pactuar como bem entenderem.
- b) Os contratos em geral são firmados em conformidade com a livre vontade das partes contratantes, por este princípio, uma vez obedecida a geral dos contratos comuns, também os contratos agrários podem obedecer tais regras, exceto quanto à preservação da fauna.
- c) Como todo o Direito Agrário, a interpretação dos contratos agrários deve dar-se num contexto próprio, não podendo por isso mesmo ser objeto de livre disposição das partes sem que sejam obedecidas regras insertas no Estatuto da Terra e outras normas que regulam os acordos de natureza agrária.
- d) Os Contratos Agrários de Arrendamento e Parceria bem como outros previstos no Estatuto da terra devem conter, obrigatoriamente, cláusulas proíba a utilização de sementes transgênicas.

72. A propriedade da terra, segundo a Lei 4.504/64, Estatuto da Terra, desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente, atende todos os requisitos abaixo, exceto:

- a) assegura a conservação dos recursos naturais; e mantém níveis satisfatórios de produtividade.
- b) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.
- c) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- d) facilita a transcrição da titularização da área no registro de imóveis para facilitar a cobrança do ITR.

73. A desapropriação por interesse social tem por fim, EXCETO:

- a) proporcionar o lançamento e a cobrança do ITR;
- b) estimular pesquisas pioneiras, experimentação, demonstração e assistência técnica;
- c) incrementar a eletrificação e a industrialização do meio rural;
- d) promover a justa e adequada distribuição da propriedade.

74. Concluídos os trabalhos demarcatórios, o presidente da Comissão Especial mandará lavrar o termo de encerramento da discriminação administrativa, do qual constarão, obrigatoriamente, EXCETO:

- a) a descrição dos acordos realizados; o mapa detalhado da área discriminada; o rol das ocupações legítimas;
- b) a relação dos interessados em ocupar a área objeto da discriminação administrativa;
- c) o rol das terras devolutas apuradas, com suas respectivas confrontações; o rol das propriedades reconhecidas; a relação dos imóveis cujos títulos suscitaram dúvidas;
- d) a relação das áreas com titulação transcrita no Registro de imóveis, cujos presumidos proprietários ou ocupantes não atenderam ao edital de convocação ou à notificação.

75. O Pagamento de impostos sobre propriedades é uma obrigação do seu dono, entretanto, em relação a propriedade rural a competência para instituir tal imposto é:

- a) Da União;
- b) dos Estados e Distrito Federal;
- c) do Município;
- d) concorrente em função da localização do imóvel.

DIREITO COMERCIAL

76. Alam emitiu nota promissória em nome de Belo, com cláusula expressa vedativa de endosso. Apesar disso, Belo endossou para Cris. Vencido o título, Cris buscou o pagamento, recusado por Alam, sob a alegação de inexistência de vínculo entre eles, em razão da cláusula. Assinale a alternativa correta.

- a) Alam é obrigado a pagar, porque teve vantagem e, se não pagar, ocorrerá enriquecimento ilícito.
- b) Alam é obrigado a pagar a Cris, porque inválida a cláusula vedativa de endosso.
- c) Alam não é obrigado a pagar, porque Belo descumpriu a cláusula.
- d) Alam não é obrigado a pagar, por inexistência de vínculo entre ele e Cris.

77. Entre as características principais dos títulos de crédito, NÃO se inclui:

- a) Incorporação.
- b) Personalização.
- c) Literalidade.
- d) Abstração

78. É correto afirma-se que o aval prestado, num título de crédito, significa que a obrigação do avalista:

- a) Mantém-se, ainda que considerada nula por qualquer razão que não seja um vício de forma;
- b) Segue a mesma sorte da fiança comum, tornando-se insubsistente se houver nulidade da obrigação avalizada ou afiançada;
- c) Mantém-se sempre, ainda que considerada nula por qualquer razão, seja um vício de forma ou não;
- d) Só se mantém enquanto ele estiver vivo, não subsistindo para os seus herdeiros nem para o cônjuge sobrevivente.

79. Em relação ao endosso-mandato, é correto afirmar que:

- a) Morrendo o endossatário-mandatário, poderá ainda assim o portador exercer todos os direitos inerentes ao título.
- b) Morrendo o endossante-mandante, poderá ainda assim o portador exercer todos os direitos inerentes ao título.
- c) Morrendo o endossatário-mandatário, o título será obrigatoriamente restituído ao inventariante, que arrolará aquele crédito no processo de inventário do de cujus.
- d) Morrendo o endossatário-mandante, o título será obrigatoriamente restituído ao inventariante, que arrolará aquele crédito no processo de inventário do *de cujus*.

80. Em relação ao aval, é correto afirma:

- a) O Aval na letra de câmbio nunca pode ser parcial.
- b) O Aval no cheque sempre dispensa a outorga uxória ou marital.
- c) O Aval na duplicata pode ser firmado fora do título de crédito.
- d) O Aval na nota promissória sempre constitui uma garantia fidejussória.

81. Artur emitiu cheque em favor de Beto. Apresentado, o sacado recusou o pagamento, sob alegação de inexistência de data da emissão. O sacado agiu corretamente?

- a) Sim, porque emitido o cheque, não pode mais ser completado.
- b) Sim, Porque a data é elemento essencial do cheque.
- c) Sim, Porque no caso o beneficiário deverá buscar o pagamento ao emitente.
- d) Sim, porque o beneficiário não pode aceitá-lo sem data.

82. Em relação à classificação dos títulos de crédito, quanto a circulação, NÃO se inclui:

- a) Ao portador.
- b) Personalização.
- c) À ordem.
- d) Nominativos

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de texto:

Em uma disputa por terra, em Mato Grosso do Sul, dois depoimentos são colhidos: o do proprietário de uma fazenda e o de um integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra:

Depoimento 1

“A minha propriedade foi conseguida com muito sacrifício pelos meus antepassados. Não admito invasão. Essa gente não sabe de nada. Estão sendo manipulados pelos comunistas. Minha resposta será à bala. Esse povo tem de saber que a Constituição do Brasil garante a propriedade privada. Além disso, se esse governo quiser minhas terras para a Reforma Agrária terá de pagar, em dinheiro, o valor que eu quero.” (*Proprietário de uma fazenda em Mato Grosso do Sul*)

Depoimento 2

“Sempre lutei muito. Minha família veio para a cidade porque fui despedido quando as máquinas chegaram lá na Usina. Seu moço, acontece que eu sou um homem da terra. Olho pro céu, sei quando é tempo de plantar e de colher. Na cidade não fico mais. Eu quero um pedaço de terra, custe o que custar. Hoje eu sei que não estou sozinho. Aprendi que a terra tem um valor social. Ela é feita para produzir alimento. O que o homem come vem da terra. O que é duro é ver que aqueles que possuem muita terra, e não dependem dela para sobreviver, pouco se preocupam em produzir nela.” (Integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST -, de Corumbá - MS)

83. A partir da leitura do depoimento 2, quais os argumentos utilizados para defender a posição de trabalhador rural sem terra?

I. A distribuição mais justa da terra no país está sendo resolvida, apesar de que muitos ainda não têm acesso a ela.

II. A terra é para quem trabalha nela e não para quem a acumula como bem material.

III. É necessário que se suprima o valor social da terra.

IV. A mecanização do campo acarreta a dispensa de mão-de-obra rural.

Estão corretas as proposições:

- a) I, apenas;
- b) II, apenas;
- c) II e IV, apenas;
- d) I, II e III, apenas.

84. A partir da leitura do depoimento 1, os argumentos utilizados para defender a posição do proprietário de terras são:

I. A Constituição do país garante o direito à propriedade privada, portanto, invadir terras é crime.

II. O MST é um movimento político controlado por partidos políticos.

III. As terras são o fruto do árduo trabalho das famílias que as possuem.

IV. Este é um problema político e depende unicamente da decisão da justiça.

Estão corretas as proposições:

- a) I, apenas;
- b) I e IV, apenas;
- c) II e IV, apenas;
- d) I, II e III, apenas.

85. Aponte a alternativa que apresenta todas as palavras grafadas corretamente:

- a) faxina - tóxico - canalisar – nobreza;
- b) eresia - canzarrão - caxumba – hesitar;
- c) enxada - bondoso - bexiga – revezamento;
- d) hêxito - gorjeio - algema - pesquisa.

86. Assinale a alternativa em que todos os vocábulos estejam corretamente acentuados:

- a) ensaísta - antevéspera - protótipo – orquídea;
- b) ritmo - impossível - enjôos – alcatéia;
- c) pôquer - sanduíche - seminú – afáveis;
- d) sótão - môsca - portátil – coronéis.

87. Indique a alternativa correta:

- a) Tratavam-se de questões fundamentais;
- b) Reformam-se ternos;
- c) Comprou-se terrenos no subúrbio;
- d) Precisam-se de datilógrafas.

88. Em todas as frases a concordância se fez corretamente, exceto em:

- a) Os soldados, agora, estão todos atentos;
- b) Ela possuía bastante recursos para viajar;
- c) As roupas das moças eram as mais belas possíveis;
- d) Rosa recebeu o livro e disse: “Muito obrigada”.

89. A regência verbal está correta em:

- a) Prefiro esforçar-me hoje do que lamentar amanhã.
- b) Não lhe procurei mais desde a última discussão.
- c) Chame os empregados e pague-os os meses atrasados.
- d) Chamei-lhe de bobo, porque perdeu uma grande oportunidade.

Os seus projetos são os elaborados, por isso garantem verbas..... para sua execução e evitam entendidos.

90. A alternativa que completa corretamente o período é:

- a) melhor- suficientes – mal;
- b) mais bem - suficientes – mal;
- c) mais bem - suficiente – mal;
- d) melhor - suficientes – mau.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

91. Caracterizou a agropecuária do Vale do Guaporé no século XVIII:

- a) cultivo voltado para a exportação de produtos como café, açúcar e cacau.
- b) exportação de carne salgada para Belém, Santa Cruz e Cuiabá.
- c) lavoura de *plantation*;
- d) culturas de subsistência, insuficientes para atender o consumo local.

92. O Município de Porto Velho (Lei n. 757) foi criado em:

- a) 1914;
- b) 1912;
- c) 1943;
- d) NDA

93. O governador e o secretário-geral do território eram:

- a) eleitos democraticamente;
- b) escolhidos e nomeados pelo Presidente da República;
- c) nomeados dentre aqueles do quadro de carreira do exército;
- d) eleito por um colégio eleitoral composto de seringalistas e funcionários públicos.

94. Durante a abertura do rodovia BR-364, era Presidente da República:

- a) Jânio Quadros;
- b) Eurico Gaspar Dutra;
- c) Juscelino Kubitschek;
- d) João Batista de Figueiredo;

95. Os garimpos de ouro do rio Madeira demonstram claros sinais de exaustão a partir de:

- a) início da década de 70;
- b) meados dos anos 80;
- c) meados dos anos 90;
- d) NDA

96. Participou da expedição Rondon na exploração do rio da Dúvida:

- a) Roosevelt;
- b) Church;
- c) Farquhar;
- d) Collins

97. Qual foi a doença mais comum do Guaporé Colonial?

- a) malária;
- b) tifo;
- c) febre-amarela;
- d) máculo

98. Em 1977, foram criados 5 (cinco) municípios ao longo da BR-364. Dentre ele não podemos citar:

- a) Cacoal;
- b) Ariquemes;
- c) Vilhena;
- d) Jacy-Paraná

99. Quais os maiores centros urbanos do Estado de Rondônia:

- a) Porto Velho, Ji-Paraná e Cacoal;
- b) Ariquemes, Ji-Paraná, Jaru e Vilhena;
- c) Porto Velho, Jaru, Ji-Paraná e Vilhena;
- d) Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal e Vilhena.

100. Em quantos municípios estava dividido o Estado de Rondônia, na época da sua criação e instalação:

- a) 15;
- b) 13;
- c) 12;
- d) 18.

GABARITO

1 B	26 D	51 A	76 B
2 C	27 A	52 A	77 B
3 D	28 C	53 D	78 A
4 A	29 D	54 C	79 B
5 C	30 A	55 D	80 D
6 B	31 C	56 A	81 B
7 D	32 A	57 C	82 B
8 D	33 D	58 C	83 B
9 A	34 D	59 B	84 D
10 C	35 C	60 D	85 C
11 B	36 D	61 D	86 A
12 C	37 C	62 A	87 B
13 A	38 B	63 C	88 B
14 D	39 D	64 A	89 D
15 B	40 B	65 D	90 B
16 D	41 D	66 D	91 D
17 C	42 C	67 B	92 A
18 B	43 D	68 A	93 B
19 C	44 D	69 D	94 C
20 D	45 C	70 A	95 C
21 A	46 B	71 C	96 A
22 B	47 A	72 D	97 A
23 A	48 D	73 A	98 D
24 B	49 C	74 B	99 D
25 C	50 B	75 A	100 B